

1. O que são os Estudos Estratégicos e como eles se relacionam com a Política Nacional de Defesa do Brasil?

A doutrina de defesa no Brasil estuda a guerra em quatro níveis - político, estratégico, tático e operacional. O nível estratégico é a conexão entre a alta política e a operação militar, aquele no qual os *inputs* políticos e militares convergem em decisões - não se confundindo com o sentido de *estratégia* lato sensu, definida como o processo de “preparar e aplicar o poder para conquistar e preservar objetivos, superando óbices de toda ordem¹” - ou seja, um método de solução de problemas para atingir objetivos estratégicos. Por ser o nível natural de interação entre a política civil e o emprego técnico de força militar, a estratégia é um solo fértil para o surgimento de estudos acadêmicos civis sobre objetos militares, e foi dela que se originaram os estudos estratégicos - que buscam compreender as naturezas política, econômica e social de guerras e conflitos.

Edward Earle e Bernard Brodie, durante o século XX, questionaram a falta de interesse da sociedade civil em assuntos militares e de defesa², apatia que teve efeitos importantes - como o despreparo americano em 1941³, que só foi remediado ao longo de dois anos de esforços industriais extremamente custosos. O campo de estudo se proliferou durante a Guerra Fria, quando os EUA e URSS buscaram melhorar suas capacidades de segundo ataque por meio da diversificação dos meios de entrega - com o uso de bombardeiros pesados, IBMSs e submarinos lançadores (a triade estratégica tradicional⁴).

A Política Nacional de Defesa brasileira, documento revisto em 2005 e 2012, traz consigo os objetivos visando a garantia da defesa nacional, como o conjunto de medidas e ações, com ênfase nas militares, para a defesa do território nacional⁵. Nesse ponto, a convergência dos estudos estratégicos e da PND se dá em três momentos principais - na compreensão teórica da guerra, melhor realizada pelo teórico que não tem a maior parte de sua carreira impedida por tarefas administrativas e técnicas⁶; nas demais alternativas pacíficas de emprego das forças armadas em tempos de paz, tema já abordado por Brodie décadas antes⁷; e no arranjo da tríplice hélice, abordada mais adiante.

2. O que é Grande Estratégia e qual a relevância de pensarmos a Defesa no Brasil a partir deste preceito?

Grande Estratégia é a combinação de instrumentos militares e não militares - diplomáticos, econômicos e de poder - para a conquista de objetivos de defesa e segurança, e se relaciona também àquilo conhecido como *estratégia nacional*, ou seja, ao emprego de meios e superação de obstáculos para assegurar objetivos nacionais - desenvolvimento, defesa, não-intervenção e cooperação regional. As bases da Grande Estratégia brasileira não estão nos documentos de defesa brasileiros, e sim na Constituição - que estabelece o desenvolvimento, a promoção da cidadania, a integração regional e a cooperação entre povos para o progresso da humanidade, no Art.4º e nos rótulos relativos à soberania. Seu conceito

¹ BRASIL. Ministério da Defesa. *Glossário das forças armadas*. 5ed. Brasília, 2015, p.109.

² JÚNIOR, Domício Proença. DUARTE, Érico Esteves. *Os estudos estratégicos como base reflexiva da defesa nacional*. In: Revista Brasileira de Política Internacional, vol.50, n.1, 2007.

³ Id.

⁴ Aqui usamos o termo *estratégica* em ainda outro sentido - o de tropas estratégicas, ou do serviço aéreo estratégico, operadoras de armas nucleares, de forma a distingui-las de tropas convencionais.

⁵ BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa*. Brasília, 2012.

⁶ JÚNIOR, Domício Proença; DINIZ, Eugenio; RAZA, Salvador. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, s.d.

⁷ JÚNIOR; DUARTE. Ibid.

reforça ainda a ênfase no nível de decisão nacional, ou seja, a aplicação do método de solução estratégico para aplicar o poder nacional visando os objetivos nacionais⁸.

O cerne de nossa estratégia - nossos objetivos estratégicos -, pois, já foi definido, e só precisa ser aplicado de forma coerente. Góis Monteiro, porém, celebrenemente escreveu que a política geral, econômica, industrial e agrícola, de comunicação, em combinação com todos os ramos da existência coletiva, inclusive a educação, afetam a política militar de um país. Isto é a *grande estratégia*, e por isso este campo precisa ser limitado - para que não englobe tudo.

Os principais objetivos da grande estratégia brasileira foram delimitados pelos documentos do MD desde 1999. Hoje os três objetivos basilares são a *segurança regional*, especialmente a América do Sul; a *proteção*, com foco no Atlântico Sul e Amazônia Azul; e a *projeção de poder* inter-regional, pacífica e dissuasória. Os nossos projetos de modernização e aquisição para reforma de nossas forças aéreas - o Prosub, o Guarani e a aquisição do caça Gripen - são iniciativas que buscam a concretização de nossa grande estratégia.

Pensar a defesa com foco na grande estratégia é importante considerando que capacidade de defesa é capacidade construída, ou seja, se desenvolve num arranjo complexo e interconectado ao longo de anos, e toma uma forma específica de acordo com seus usos pretendidos, oponentes percebidos e recursos alocados em cada área. Pensar a grande estratégia no contexto da construção da capacidade de defesa é permitir que o arranjo de defesa de uma nação esteja em consonância com a estratégia nacional e os objetivos do Estado - o que vai de encontro ao caráter de política pública da política nacional de defesa no Brasil⁹.

3. No que consiste o controle civil das Forças Armadas e como as relações civis-militares promovem a Base Industrial de Defesa (BID) e o desenvolvimento nacional?

O controle civil das forças armadas, descrito por Eliézer de Oliveira como uma divisão social de tarefas entre civis e militares¹⁰, e por Samuel Huntington como uma entre diversas formas subjetivas e objetivas de impedir o controle e excesso de influência militar na sociedade civil¹¹. É apenas um entre diversos pontos de contato entre o meio militar e o civil - interação dinâmica cujo sucesso é fundamental ao desenvolvimento da defesa nacional.

Nesse sentido, cabe destacar algumas características da relação civil-militar no Brasil - o controle civil estabelecido com a criação do Ministério da Defesa; a tríplice hélice, arranjo híbrido entre governo, indústria e academia para desenvolver capacidades de defesa; e a base industrial de defesa, que no Brasil é extremamente dependente de contratos com o Estado e orçamentos alocados. O ponto central é o arranjo híbrido, ou seja, que envolve diversos tipos de atores diferentes em cadeias diferentes de hierarquia e controle mútuo. Os arranjos híbridos são assim capazes de relacionar desenvolvimento, BID e grande estratégia - nesse elo, a relação civil-militar é essencial. O objetivo de qualquer política de defesa é, formalmente, garantir a segurança de instituições contra ameaças externas¹². As relações civis-militares são fundamentais, portanto, a qualquer política de defesa.

O Brasil ainda está no início do processo de aproximação civil-militar com vistas à grande estratégia, mas a fórmula ocidental bem sucedida nos mostra que não há desenvolvimento sem investimento em defesa. Deve-se seguir conjugando defesa, diplomacia e academia para assegurar nosso desenvolvimento e autonomia internacional.

⁸ BRASIL. Ministério da Defesa. *Glossário das forças armadas*. 5ed. Brasília, 2015, p.110.

⁹ ALMEIDA, Carlos Wellington de. *Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas*. In: Opinião Pública, vol.16, n.1, 2010, p.220 ss.

¹⁰ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Democracia e defesa nacional: a criação do Ministério de Defesa na presidência de FHC*. São Paulo: Manoele, 2005.

¹¹ HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.

¹² Id.